

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: domínio e/ou desenvolvimento?

Cipriano Carlos Luckesi¹

A partir do texto que publiquei na revista ABC EDUCATIO, nº 54, de março do corrente ano, tratando das armadilhas que são colocadas nas perguntas dos instrumentos de coleta de dados para a avaliação da aprendizagem na escola, assim como da questão ética que aí se encontra envolvida, chegou-me a pergunta: “Então, nós não podemos, num instrumento, colocar perguntas que exijam que o estudante vá para além daquilo que foi ensinado, de tal forma que ele manifeste sua capacidade de solucionar problemas novos? Se isso não pode ser feito, como ficará o crescimento pessoal do estudante?”

No presente texto, proponho-me a tecer considerações sobre essa questão, que serve de aprofundamento sobre o que expus no texto anterior e de superação de possíveis confusões de compreensão a respeito do que foi exposto.

Afinal, o diálogo é recurso de crescimento. Na medida mesma em que estimei, através de meu artigo, o pensamento e a compreensão do leitor, ele estimula e exige a ampliação da minha, e..., assim, vamos construindo as compreensões mais adequadas para a condução da vida. A clareza é profundamente importante para que não misturemos uma coisa com outra, parecendo que são iguais ou, no mínimo, semelhantes, quando possivelmente não o são. É por isso que tento produzir a clareza sobre essa questão que me foi colocada.

Norman E. Gronlund, pesquisador norte-americano da área da avaliação da aprendizagem, em seu livro *Elaboração de testes para o ensino*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1979, estabelece uma abordagem que considero interessante para compreender a questão formulada e

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, e-mail: luckesi@terra.com.br.

acima reproduzida. Ele distingue as aprendizagens de “domínio” das de “desenvolvimento”, com uma conseqüente prática de avaliação para o domínio ou para o desenvolvimento.

De um lado, estão as aprendizagens chamadas de “domínio”, que significam as que devem ser ensinadas e aprendidas como as mínimas necessárias de um determinado conteúdo para um determinado nível de desenvolvimento escolar (faixa etária, série). Por exemplo, o que é necessário ser ensinado e aprendido por um estudante de quinta série sobre a operação com os números fracionários? Isso significa listar todas as informações, habilidades e valores necessários à aprendizagem do estudante nesse conteúdo e nesse nível que deverão nortear as atividades do educador. São os dados (variáveis) que configuram o mínimo necessário desse determinado conteúdo para esse nível de escolaridade. A exemplo genérico, poderíamos citar que o “estudo de fração”, numa quinta série exige os seguintes conhecimentos e habilidades: noção de fração, operação com as frações (adição, subtração, multiplicação, divisão), solução de problemas simples com os números fracionários. Esses conteúdos e habilidades necessitam de ser adquiridos efetiva e plenamente, ou seja, todos os estudantes, que se submetem a esses estudos, deverão saber esses conteúdos sem que seja pela “média”, mas sim pelo máximo. Esse é o mínimo necessário. Para essa aprendizagem, nós educadores necessitamos de investir todas as nossas habilidades de ensinantes para que, de fato, todos aprendam e tomem posse desse conteúdo, tendo o domínio do mesmo. Isso significa que o estudante somente atingiu “o domínio sobre esse conteúdo”. Não esquecer que, por oposição ao que o senso comum entende por conteúdo conhecimentos, aqui, significa as informações, habilidades, metodologias e atitudes referentes à aprendizagem com a qual estamos trabalhando.

De outro lado, está a possibilidade dos estudantes irem para além desse domínio, o que o referido autor denomina de “aprendizagem de desenvolvimento”. O que os estudantes poderão fazer com o “conhecimento de domínio”, aplicando-os? Muitas coisas, que nem mesmo nós podemos saber previamente. Ele pode ser utilizado para resolver problemas práticos do dia a dia, assim como outros problemas teóricos, o que, neste caso, implica no uso de uma categoria de conhecimento para proceder a formulação de um outro mais complexo.

É no nível do desenvolvimento que os pesquisadores e criadores de novas tecnologias realizam suas atividades. Eles se servem do que aprenderam e dominaram para criar novas coisas, novas soluções. A aprendizagem para o “desenvolvimento”, da qual nos fala o autor, tem a ver com o que nossos estudantes podem fazer com os conhecimentos já adquiridos e assentados. Certamente que não temos o poder de saber o que o outro fará livremente com que dominou. Não temos o poder de saber o que cada um fará com a sua liberdade de intuir, inventar e criar. Essa é a atividade da criatividade que pertence a cada um. Apesar de nossa ignorância sobre as possibilidades de desenvolvimento do outro ou de cada um dos nossos estudantes, essa qualidade da “aprendizagem para o desenvolvimento” pode e deve ser estimulada e treinada em nossos estudantes.

Tendo presente essa compreensão, estaremos cientes de que a aprendizagem para o “domínio” é necessária a todos e ela deve dar-se na sua forma mais perfeita, não pode ser “pela média”; o estudante necessita de ter esse determinado conteúdo como seu, como sua posse. Todos devem chegar lá. Porém a aprendizagem para o “desenvolvimento” expressa o risco, a possibilidade de chegar lá ou não. O desenvolvimento é o “mais”, o que vai para além do estritamente necessário, é o criativo. É o âmbito da criação ou recriação do conhecimento, das habilidades, das performances, da investigação científica, das soluções tecnológicas. Isso deve ser ensinado e treinado em nossos estudantes e, por isso mesmo, não só esperado deles nas ocasiões de aplicação de instrumentos para a coleta de dados sobre o seu desempenho, tendo em vista a avaliação da sua aprendizagem.

Assim sendo, as questões colocadas nos instrumentos de coleta de dados para a avaliação da aprendizagem, que parecem ser somente para desvendar a aprendizagem do educando em relação aos conteúdos que ensinamos, muitas vezes poderão ser classificadas como questões que servem para detectar o “desenvolvimento”, que pertence a cada um, diferente do “domínio”, que é o necessário para todos. E, outras vezes, infelizmente (o que não ajuda em nada), muitas questões colocadas nos testes não podem, nem mesmo, serem classificadas na categoria do “desenvolvimento”, como definimos acima, mas sim numa categoria outra categoria --- a de “armadilha”---, que somente servem para excluir os estudantes.

Os exemplos, que utilizei no texto anterior, de um teste de Matemática e de um teste de Língua Portuguesa para estudantes de quinta série, não se classificam como “questões de desenvolvimento”, devido suas próprias formulações. Assim sendo, será que efetivamente o que se encontra nas seguintes questões de Matemática --- “Qual é o número menor do que 200 e múltiplo de 4 e 6?” e “A fração irredutível equivalente à fração $\frac{64}{96}$ é da forma $\frac{a}{b}$. Qual é o valor de $a + b$? --- (a) 10; (b) 5; (c) 20 (d) 80”. --- poderia ser categorizado como “questões de desenvolvimento”, que, por si, deveriam conter efetivos problemas que conduzissem o estudante para além do que ele aprendeu no “domínio” ou são formulações que somente confundem o estudante na compreensão do que se pede? Os conteúdos aos quais essas questões fazem referência não têm a ver com “questões de desenvolvimento”, porém, sim com a introdução de uma linguagem excessivamente complicada e suficientemente confusa para se expressar o que se pede. De fato, nessas questões, não se faz presente um efetivo problema novo de matemática. O que se pede nelas é o “domínio” dos conteúdos “múltiplos de um número” e “simplificação de fração”, porém através de um circunlóquio de palavras, que dificulta o entendimento do que se solicita. “Múltiplos de um número” e “simplificação de fração” são conteúdos mínimos necessários ao domínio, não são problemas que exigem o estudante ir para além do ensinado e aprendido, ou seja, não significam questões de “desenvolvimento”.

As “questões de desenvolvimento” são aquelas que colocam frente ao estudante problemas novos, para a solução das quais, necessita de servir-se dos conteúdos do “domínio”. No caso acima, para serem de desenvolvimento, as questões deveriam enunciar problemas que, para serem resolvidos, necessitar-se-ia do domínio prévio sobre os múltiplos de um número e sobre a simplificação de uma fração. No entanto, as questões do exemplo não trazem essa qualidade; somente pedem que o estudante manifeste ter aprendido “estabelecer e/ou reconhecer os múltiplos de um ou mais números” ou “simplificar uma fração”.

Um exemplo de “desenvolvimento” poderia ser “servir-se do conhecimento sobre múltiplos de dois ou mais números para proceder o ‘mínimo múltiplo comum’ nas operações de adição e subtração de frações denominadores diferentes”. Aqui há a exigência no uso de um conhecimento já adquirido, exige um desenvolvimento. Ou seja, o “desenvolvimento” implica

numa aplicação de conhecimentos de “domínio” (mínimo necessário num conteúdo menos complexo) na solução de problemas mais complexos.

Em síntese, solicitar ao estudante que manifeste desenvolvimento para além do domínio não significa formular questões que sejam mais difíceis de serem compreendidas, mas sim colocar questões claras que possibilitem ao estudante aplicar os conhecimentos anteriores para solucionar problemas novos.

A análise que fizemos acima sobre as questões de Matemática, abordadas no texto anterior, pode ser aplicado à questão de Língua Portuguesa que também foi abordada no artigo anterior, assim como poderá ser aplicada em muitas situações do cotidiano educativas de cada leitor, que, por si, poderá e deverá identificar onde existe uma questão que é de domínio, ou de desenvolvimento ou uma armadilha para “pegar o estudante pelo pé”.

Então, uma “questão de desenvolvimento” para todos os leitores deste texto: usando essas informações, procurar em seus instrumentos de coleta de dados para avaliação ou nos instrumentos utilizados na instituição escolar onde trabalha, questões que efetivamente revelem investigação sobre desenvolvimento ou questões que somente apresentem linguagem confusa e/ou complicada para confundir o estudante na compreensão do que se pede; o que certamente o conduz a uma manifestação insatisfatória de sua aprendizagem.

Se essa compreensão é clara para mim e para o leitor, então podemos dar um passo a frente. Em primeiro lugar, nossos instrumentos de coleta de dados sobre desempenho do estudante *devem ser instrumentos de coleta de dados para uma pesquisa*, ou seja, de um lado, coletar *todos* os dados necessários para saber se um estudante aprendeu efetivamente um determinado conteúdo (domínio), e, de outro, se assim o desejamos, também coletar dados sobre uma possível capacidade do estudante de “ir para além” do que foi ensinado (desenvolvimento).

Então, em primeiro lugar, no nível do domínio, se a aprendizagem de um conteúdo implica em dez informações importantes e em mais dez habilidades, todos essas informações e todas essas habilidades devem ser contempladas nas questões formuladas. Nada deve ficar de fora, pois que se deseja saber se o estudante aprendeu o que era necessário aprender. Não bastam questões alteadas, umas daqui e outras dali. Importa cobrir todo o essencial necessário de ser

aprendido sobre esse conteúdo. As questões necessitam de ser vazadas em linguagem clara, precisa, direta. Nada de subterfúgios. O que desejamos constatar é se o estudante aprendeu o que ensinamos e não se ele é capaz de compreender enigmas.

Em segundo lugar, caso desejemos que nosso estudante revele se ele é capaz de ultrapassar o ensinado e aprendido, aplicando os conhecimentos adquiridos para solucionar novos problemas, devemos também formular questões, com as mesmas características anteriores, que solicitem dele a aplicação dos conhecimentos básicos já adquiridos, tendo em vista manifestar sua capacidade de usar os conhecimentos assimilados tendo em vista novas soluções.

Assim sendo, tomando por base a idéia de que teríamos vinte condutas básicas sobre um determinado conteúdo (dez de informação e dez de habilidades, acima mencionadas), nosso instrumento teria 20 questões de “domínio” e acrescentaríamos, talvez, mais cinco de “desenvolvimento”. E, se na nossa escola, ainda importa ter “notas” para aprovação do estudante, para isso, somente nos serviríamos das questões de domínio; as de “desenvolvimento” teriam a função de diagnosticar as possibilidades de nossos estudantes de irem para além do aprendido; e, mais do que isso, oferecer para nós educadores um diagnóstico do que estamos necessitando de treinar em nossos estudantes, se queremos que eles se desenvolvam para além do que nós ensinamos, em decorrência estrita dos programas escolares de “domínio”.

Se assim agirmos, não cairemos no engano de considerar uma questão formulada com linguagem complicada como se ela apresentasse um problema novo, que, *aparentemente*, exigiria do estudante a aplicação de conhecimentos anteriormente adquiridos.

Se assim agirmos, teremos clareza do que é que estamos fazendo, do mesmo modo como não estaremos confundindo nosso educando, dizendo que estamos solicitando uma coisa e, de fato, estamos solicitando outra.

Acredito que valha a pena tentar esse caminho. Será sadio para nós mesmos como para nossos estudantes; o mesmo ocorrendo para o sistema de ensino. Será um recurso de verdadeiro diagnóstico e de conseqüente intervenção na aprendizagem dos nossos educandos. Não estaremos confundindo as coisas, dificultando a compreensão de nossas questões, julgando que estamos solicitando dos nossos estudantes a manifestação de sua capacidade de resolver problemas. O

Este material foi obtido através do website de Cipriano Carlos Luckesi

que, ao mesmo tempo, nos propiciará condições de um diagnóstico, o mais objetivo possível da aprendizagem de nossos educandos, e o mais próximo de suas verdadeiras capacidades.

Penso que essa conduta clara será mais saudável para nós educadores, para o sistema de ensino e para nossos educandos. Para todos, enfim!